

STF poderá julgar a correção do FGTS nos próximos dias

STF poderá julgar a correção do FGTS nos próximos dias

Resultado do julgamento influencia rendimentos dos trabalhadores e também as operações do sistema financeiro feitas recursos do fundo

CAIO PRATES

Portal Previdência Total

O STF (Supremo Tribunal Federal) poderá retornar nos próximos dias o julgamento do processo de correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O ministro Nunes Marques, após ter pedido vista do caso, devolveu a ação ao plenário e abriu caminho para que o processo seja pautado novamente e retorne à discussão da Corte. Mas o que isso realmente significa e quais são as implicações para os trabalhadores do País?

O FGTS é um direito dos trabalhadores brasileiros e é constituído por depósitos mensais feitos pelos empregadores em nome de seus funcionários. Segundo os especialistas, a correção desses depósitos é um tema de grande importância, uma vez que afeta diretamente o valor que os trabalhadores terão disponível quando sacarem seus fundos, seja para aposentadoria, compra de imóveis ou outras finalidades.

"O processo de correção do FGTS discutido no STF envolve a forma como a Caixa Econômica Federal realiza essa correção. Até 1999, a correção era feita com base na TR (Taxa Referencial) mais um percentual anual de 3%. No entanto, a partir de 1999, a TR começou a ser considerada insuficiente para repor a inflação, o que levou a discussões sobre a correção dos saldos do FGTS. Alguns defendem que a correção deveria ser feita por índices inflacionários mais altos, como o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)", explica o advogado Mateus Freitas, do escritório Aith, Bada-



VOLTA À PAUTA. Ministro Nunes Marques havia pedido vista para analisar o processo e anunciou a retomada do julgamento do caso

ri e Luchin Advogados.

O advogado ressalta que o ministro Nunes Marques, em um movimento inesperado, pediu vista do processo de correção do FGTS quando o julgamento estava em andamento.

"Essa decisão adiou a conclusão do caso e gerou ex-

pectativas e especulações sobre seus motivos. A devolução do processo ao plenário indica que o ministro, após analisar o caso com mais profundidade, decidiu que o tema merece uma discussão mais ampla e aprofundada. A decisão de devolver o processo de corre-

ção do FGTS ao plenário do STF tem implicações significativas para os trabalhadores e para o sistema financeiro. Primeiramente, ela cria a expectativa de que a questão será discutida de forma mais detalhada e que os argumentos a favor e contra a mudança na corre-

ção do FGTS serão mais bem examinados", explica.

Para os trabalhadores, a correção do FGTS pode representar uma diferença substancial em seus saldos, especialmente ao longo de muitos anos de contribuição. Caso o STF decida pela correção com base em índi-

ces inflacionários mais altos, isso poderá resultar em um aumento significativo no valor disponível para os trabalhadores quando eles decidirem sacar os valores.

Por outro lado, para o sistema financeiro, uma decisão nesse sentido poderá ter impactos financeiros consideráveis, uma vez que os recursos do FGTS são utilizados em investimentos e financiamentos habitacionais. A correção com base em índices mais elevados poderia gerar custos adicionais para as instituições financeiras.

"A devolução do processo de correção do FGTS ao plenário da Corte Superior poderá definir o rumo final ao tema. A medida que o caso avança, é fundamental que os interesses dos trabalhadores e do sistema financeiro sejam considerados de maneira equilibrada, para que uma decisão justa e equitativa seja alcançada. Afinal, o FGTS é um direito fundamental dos trabalhadores brasileiros e a forma como ele é corrigido tem impacto direto em suas vidas e futuros financeiros", analisa o advogado João Badari.

Ministério do Trabalho quer implementar sistema digital

O Ministério do Trabalho e Emprego iniciou no mês passado a fase de testes do sistema FGTS Digital, que vai substituir o atual envio de informações do FGTS dos empregados pelas empresas, atualmente realizado pelo sistema Conectividade Social/Caixa.

Em nota, a pasta informou que a implementação do FGTS Digital – prevista para janeiro de 2024 – vai

representar avanços no processo de cumprimento da obrigação do FGTS. Pelo atual sistema, o empregador gasta cerca de 34 horas/mês para o preenchimento. A expectativa é reduzir para 25 horas com o uso do FGTS Digital, que vai utilizar dados do eSocial.

Entre os principais benefícios citados pelo ministério estão a eliminação de burocracia e custos adicionais, a

diminuição de custos e a digitalização dos serviços, com agilidade e automatização dos procedimentos.

Para preparar as empresas para o novo processo de envio, a Secretaria de Fiscalização do Trabalho iniciou o processo de capacitação que vai até o fim do ano. A fase de testes estará disponível para empresas do Grupo 1 do eSocial, com faturamento até R\$ 78 milhões, totalizando cerca de 20 milhões de empresas.

Todas as empresas terão até 10 de novembro para finalizar os testes e até o fim do ano para análise da correção dos dados que irão informar no novo sistema. "O que for gerado no FGTS Digital nesse período é uma simulação, valendo apenas o que for informado a partir de 1º de janeiro", informou Ministério do Trabalho por nota.

A partir de 16 de setembro, a capacitação estará disponível para as demais empresas. "É uma oportunidade para que as empresas ajustem os processos internos e verifiquem se estão declarando corretamente as bases de cálculo do FGTS nas folhas de pagamento do eSocial", destacou o ministério.

(da ABR)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4